



## **O TRABALHO DE UM PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO SOB O OLHAR DOS DOCUMENTOS DE INCLUSÃO**

Daniela Santos Alves de Lima (1), Viviane França Lins (2), Rafaella Asfora  
Siqueira Campos(2)

*Universidade Federal de Pernambuco*

[danielalima87@yahoo.com](mailto:danielalima87@yahoo.com)

[viviane.pe@hotmail.com](mailto:viviane.pe@hotmail.com)

[asforarafaella@gmail.com](mailto:asforarafaella@gmail.com)

**Resumo:** Nosso presente trabalho tem como finalidade investigar se o trabalho do profissional da Sala de Recursos Multifuncionais para Pessoas com Necessidades Especiais está sob o olhar dos documentos que defendem a inclusão nos espaços escolares no intuito de observar se seus direitos estão sendo garantidos por lei sabendo que o direito dessas pessoas está garantido desde a Constituição de 1988 e a LDB de 1996 passando por muitos outros documentos que ressaltam a garantia do acesso e participação das pessoas com Necessidades Especiais na sala de aula. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo feita em uma escola da rede Municipal do Recife com uma professora da Sala de Recursos Multifuncionais do tipo 2. Iremos fundamentar as ações da professora a partir dos documentos de inclusão com o intuito de compreender na prática as diretrizes desses documentos, como eles funcionam e se funcionam na prática de um professor feitas através de uma entrevista contendo perguntas que falem sobre sua prática no Atendimento Educacional Especializado, no seu trabalho junto ao professor do ensino regular e espaço escolar acessível. Depois de fundamentadas as respostas do professor a partir dos documentos, concluímos que apesar da prática do professor estar sob o alicerce dos documentos discutidos neste artigo, a prática da inclusão ainda é uma questão que precisa ser discutida e que está em desenvolvimento nas escolas, uma vez que a inclusão deve não só garantir o acesso mas, a permanência nas escolas.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado, Pessoas com Necessidades Especiais, Documentos, Direitos, Escola.



## INTRODUÇÃO

Nosso presente trabalho pretende discutir sobre o atendimento educacional especializado para alunos com Necessidades Especiais na Sala de Recursos Multifuncionais, observaremos se essa sala tem o compromisso de garantir para essas crianças as condições para que participem efetivamente dos processos educacionais, afastando as condições de exclusão ou segregação na escola promovendo a inclusão.

Nosso objetivo é ressaltar a importância da Sala de Recursos Multifuncional e o Atendimento Educacional Especializado para alunos com Necessidades Especiais e se o trabalho feito pelo professor para efetivar o processo de inclusão dessas pessoas está sob o olhar dos documentos que favorecem a educação inclusiva para que sejam garantidos os seus direitos. Os documentos utilizados nesse artigo são: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Documento Orientador; Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2007), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Capítulo V da Educação Especial (1996).

Dando continuidade a pesquisa, foram estabelecidos objetivos específicos que nos orientaram acerca do caminho que iria tomar nosso trabalho que será: Conhecer o trabalho realizado na Sala de Recurso Multifuncional (SRMF) em uma escola regular do Recife além de conhecer o espaço arquitetônico, Aplicar uma entrevista para a professora da Sala de Recursos Multifuncional sobre suas práticas como professora e o AEE para pessoas com Necessidades Especiais; Verificar se as respostas a respeito de suas práticas na SRMF e o espaço arquitetônico do ambiente escolar estão embasadas nos documentos orientadores para a inclusão dessas pessoas. Utilizamos para a elaboração da pesquisa foi uma entrevista, com o apoio de um gravador para registrar as informações do professor.

O Atendimento Educacional Especializado tem o intuito de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam barreiras para a participação dos alunos considerando as suas especificidades, tendo em vista que nas salas de recursos multifuncionais existem salas do tipo 1 e



2, as salas do tipo 2 contém os mesmos recursos que a do tipo 1 no entanto, são acrescentados recursos para alunos com deficiência visual (Manual de Orientação: Programa de Implementação da Sala de Recursos Multifuncionais, 2010). As atividades desenvolvidas nessa sala são diferenciadas daquelas realizadas na sala regular, seriam atividades complementares. O AEE é organizado para apoiar o desenvolvimento dessas crianças, sendo realizado com a atuação de profissionais com conhecimentos específicos na área de educação especial. Esse atendimento é realizado no horário posterior ao do ensino regular onde a criança está incluída, ele não substitui o ensino regular, ele é uma modalidade de ensino. Para isso, vemos que

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008)

Considerando tal função, é necessário ministrar propostas na escola que valorizem as diferenças contempladas, favorecendo a inclusão dessas pessoas com deficiência e o atendimento as suas especificidades na sala de recursos multifuncionais.

Apesar da LDB 9.394 destacar no “Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;” (BRASIL, 1996), ainda é possível observar falhas na escola quando nos referimos ao acesso e permanência das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais pois, sua permanência requer adequações curriculares, arquitetônicas e pedagógicas, professores capacitados e em constante formação, algo que ainda é complexo visto a realidade escolar que vivemos. Os documentos que favorecem a inclusão são a garantia de acesso de forma legal perante a lei para o ensino regular, o que deve impedir a exclusão dessas pessoas para salas de aula segregadas.



É preciso que as escolas considerem o que os documentos que favorecem a inclusão para que o direito que garante educação para todos seja possível, considerando o que a Constituição de 1988 destaca que

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; ( BRASIL. Constituição,1988)

As políticas destacam que é necessário haver a escolarização e a completa participação desses sujeitos no meio educativo e igualitário no qual, o professor, como principal agente que inclui a criança tem o papel de abolir as barreiras de aprendizagem e de acesso dessas crianças, e esse professor para atuar no AEE, precisam ter no mínimo

[...] uma formação específica (graduação pedagogia, ou até mesmo uma pós-graduação se especializando na área) visando atender todos os objetivos da educação especial, para que seja centrada no potencial de cada aluno, e assim poder melhor atendê-los. (FURLAN, 2014, pág. 27)

Um dos objetivos do Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é a formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e outros profissionais, favorecendo a educação inclusiva.

Além desse preparo pedagógico, que é essencial para fundamentação e elaboração das atividades, compreendemos que o professor precisa observar que suas atribuições requerem também agrado por parte dele, de modo que se ele aprecia aquilo que faz, terá motivação para atender os alunos.

É importante ressaltar que o simples acesso das crianças com necessidades educacionais especiais a classes regulares não significa de fato que houve inclusão, pois mesmo que essas crianças frequentem salas de aula regulares ainda podem sentir-se excluídas (FURLAN, 2014). Na inclusão, é importante que haja medidas coerentes para executar essa prática e para isso, os agentes da escola



precisam se organizar para que a deficiência não seja também um fator social ou seja, uma deficiência no âmbito educacional. A escola precisa nortear suas ações através dos documentos que favorecem a inclusão para que tenham um guia que contribua para a inserção das crianças com deficiência no contexto do ensino regular de forma positiva além de assegurar a essas pessoas que seus direitos estejam garantidos por lei e que os mesmos estão resguardados por ela, sendo assim

A concepção da educação inclusiva compreende o processo educacional como um todo, pressupondo a implementação de uma política estruturante nos sistemas de ensino que altere a organização da escola, de modo a superar os modelos de integração em escolas e classes especiais. (Manual orientação: Programa de Implementação de Sala de Recursos Multifuncionais, 2010, pág.8)

É fundamental que haja uma relação da escola e todos os seus agentes num comprometimento com a inclusão para que todos tenham oportunidades de desenvolvimento relacional e pedagógico de forma horizontalizada.

Nessa perspectiva, a educação especial passará a estabelecer uma proposta pedagógica na escola de inclusão, para atender aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que baseado no documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como objetivo o acesso, a aprendizagem e a participação desses alunos. O conceito de Educação Inclusiva prioriza dar oportunidades iguais a todos os estudantes, incluindo aqueles com todo o tipo de necessidade especial para que tenham serviços educacionais que ofereçam apoio adequado em classes, a fim de prepará-los para uma vida em sociedade. A educação inclusiva é um paradigma que tem como princípio a aceitação das diferenças, e não apenas uma integração em sala de aula.

## **METODOLOGIA E DISCUSSÃO**

A entrevista realizada foi feita com uma professora especialista em Educação Especial da Sala de Recursos Multifuncionais de uma Escola Municipal do Recife, cujo seu nome fictício será **Rosa** que é graduada em pedagogia com especialização em educação especial. Trabalha na prefeitura há muitos anos,



sendo que especificamente trabalha há 15 anos na educação especial. A professora tem curso de tiflogia, tem vivência em libras, atualmente sua atuação maior é em surdo cegueira e deficiência múltipla, além disso, participa das formações continuadas propostas pela Prefeitura.

Com relação à formação da professora, a LDB destaca em seu Art. 59 que

“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:”[...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996)

A atuação do professor será fundamental para que esses alunos tenham orientações específicas, objetivando um melhor desenvolvimento na sala de recursos multifuncionais e nas salas de aula regulares. Devido a isso, é necessário que o professor realize intervenções significativas que eliminem barreiras para esses alunos no qual, suas ações devem partir de um olhar pedagógico que seria o que a sua formação lhe oferece e humanizado uma vez que estamos lhe dando com pessoas e não com máquinas.

#### **Entrevista com a professora da Sala de Recursos Multifuncionais:**

1. As atividades são distribuídas proporcionalmente no tempo destinado ao AEE (Atendimento Educacional Especializado)? E qual é o turno que o AEE é oferecido para eles?

***Rosa:** As crianças são atendidas na Sala de Recursos Multifuncionais individualmente e em dias selecionados pelo planejamento que elaboro, fazemos pequenos grupos por quarenta minutos. O AEE é no contra turno das aulas dos alunos, pela manhã é uma professora e pela tarde sou eu.*

- Sobre isso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) ressalta que o atendimento não poderá ser feito a essas crianças de maneira substitutiva ao ensino regular, mas, no contra turno podendo complementar ou suplementar a formação dos mesmos



2. Quais atividades desenvolvidas com os alunos com deficiência? Os recursos são específicos para cada um deles? É elaborado um planejamento individual para cada aluno?

***Rosa:** Eles realizam atividades como por exemplo: Estimulação do contato com o outro, aceitabilidade do toque e do olhar, o abraço, o beijo e gestos, trabalhar com figuras, imagens estimulando a interação social e a comunicação, dançar, cantar, pintar, desenhar de forma livre e espontânea, manusear objetos, seleção de objetos, brinquedos de acordo com sua funcionalidade.*

- Para isso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), apesar de as atividades na SRMF se diferenciam das atividades da sala de aula regular por elaborarem recursos que atendam as especificidades desses alunos, o AEE é articulado com a propostas pedagógica da sala de aula pois ele complementa ou vem a suplementar a formação desses alunos visando sua autonomia.

Qual é o percurso de desenvolvimento com relação ao ensino e aprendizagem desses alunos na SRMF?

***Rosa:** Vejo o progresso por de cada um dos alunos, porém de forma processual necessitando sempre de uma intervenção no trabalho destinado a cada um deles.*

- Destacamos que para a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva (2008), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve estar organizado para apoiar o desenvolvimento desses alunos na escola.

3. O professor do AEE dialoga com a professora da sala regular dessas crianças que fazem parte do atendimento? Como? Quando?

***Rosa:** Procuramos sempre estar em diálogo para benefício da criança, sempre que há tempo eu compartilho ideias com a professora das crianças para auxiliá-las e auxiliar também o aluno em outro ambiente pedagógico como a biblioteca, a merenda, o banheiro.*

- O documento da Política Nacional de Educação Especial (2008) realça que é necessário a articulação entre a educação especial e o ensino regular, uma vez que os professores de ensino regular necessitam de orientações para como lidar com



esses alunos que tem peculiaridades e com ajuda do professor do AEE isso diminuiria essas barreiras.

4. Qual o papel do professor da Sala de Recursos Multifuncionais?

**Rosa:** *O professor do AEE desenvolve muitos papéis, ele media os assuntos com relação a criança entre a família e a escola, orientando, mediando ações coletivas junto com toda a equipe escolar de acordo com as reais necessidades das crianças e de suas possíveis adaptações, orientando a escola, família e comunidade sobre informações que se referem a acessibilidade, PPP da escola, demais profissionais que atendem a criança e formações continuadas para que a partir de novos conhecimentos meu trabalho contribua para ajudar no resgate da autoestima dessas crianças, além da participação deles na escola junto aos colegas.*

- O Manual de Orientação: Programa de Implementação da Sala de Recursos Multinacionais (2010) destaca essas atribuições que a professora citou acima, além dessas verificamos que há outras como

Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno; Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares; Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular; (BRASIL. Manual de Orientação: Programa de implementação da Sala de Recursos Multifuncionais, 2010, p. 8)

5. Sobre a acessibilidade na sala e na escola para os alunos com deficiência, como é?

**Rosa:** *Hoje em dia, a sala de recursos possui acessibilidade para os alunos com todas as especificidades mas, lutei muito para conseguir que fosse assim, antes não passava nem cadeira de rodas por essa porta, era muito estreita. Temos rampas e corrimão, piso alinhado e sem depredações. Além de um banheiro específico para pessoas com deficiência, todo adaptado para suas necessidades.*

- No documento da Política Nacional de Educação Especial (2008) destaca-se que os prédios escolares devem ter acessibilidade para que sejam atendidas as necessidades reais desses estudantes que possuem deficiência. Esse acesso



envolve não só acessibilidade arquitetônica, mas, comunicacional, curricular e atitudinal.

## **CONCLUSÃO:**

Apesar de muitos professores de escolas regulares já terem conhecimento sobre o que seria deficiência, muitos deles ainda discutem como incluir essas crianças para que realizem atividades pedagógicas como as demais da sala de aula, no entanto, apesar da boa vontade de muitos e dos diversos estudos científicos que contribuem para a efetivação da inclusão dessas pessoas, tem-se a dificuldade em compreender o processo de como acontece a inclusão e como compreender as especificidades do seu aluno.

Partindo disso, destacamos que o Atendimento Educacional Especializado auxilia no desenvolvimento de crianças com deficiência no ambiente escolar, através do desenvolvimento de atividades adequadas para eles, regidas por documentos que por lei garantem a inclusão dessas pessoas na escola de acordo com suas peculiaridades. Apesar de observamos que há uma falta de visão por parte de alguns profissionais em não utilizar-se de tais possibilidades como a articulação com o professor do AEE para trabalhar com essas crianças, vemos que as crianças com deficiência necessitam de estímulos pedagógicos que sejam além de tudo, interessantes para eles e que atendem as suas especificidades. Dessa forma, ressaltamos a importância da sala de recursos multifuncionais na escola já que quando está apoiada nos documentos que favorecem a inclusão resulta na diminuição de barreiras do fenômeno social chamado exclusão.



Referência Bibliográfica:

FURLAN, Ana Maria da Silva **Metodos e Tecnicas de Ensino Utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais- Atendimento Educacional Especializado** MEDIANEIRA 2014

LEI Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Capitulo V da Educação Especial, 20 de dezembro de 1996

MEC, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. 2008.

MEC, SECADI, DPEE. **Documento Orientador; Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília, 2007.





**II CINTEDI**  
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**  
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

**16 a 18**  
**NOVEMBRO**  
**2016**

LOCAL DO EVENTO  
CENTRO DE CONVENÇÕES  
**RAYMUNDO ASFORA**  
GARDEN HOTEL  
CAMPINA GRANDE-PB

